



ENCONTRO
Lula defende valorização dos servidores públicos

Página 3

ARTIGO

Para entender o Fundo de Garantia

Página 4

ÚLTIMA HORA

Instalação da mesa de negociação é confirmada

Página 2



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

ANO XV - Nº 181
Cuiabá - Janeiro de 2023

O compromisso

Acesse: www.sindsepmt.org.br



EXTINÇÃO NÃO!

Reestruturação sim!

Pegos de surpresa com a MP 1.156/23 que extingue a Funasa, servidores reagem e dizem NÃO!

Fotos: Daniela de Campos Pinto



Trabalhadores da Funasa-MT criticam governo federal pela decisão unilateral de extinguir através da MP 1.156

Em ato realizado na sexta-feira, 13, servidores ativos, aposentados e terceirizados da Fundação Nacional da Saúde (Funasa-MT) protestaram contra a Medida Provisória 1.156/2023, publicada no Diário Oficial da União, que extinguiu o órgão a partir do dia 24. O servidor aposentado Maurício Rattacaso Jr, disse que na ocasião foi lida a MP na íntegra para que dúvidas fossem esclarecidas. A principal incerteza foi onde os trabalhadores serão remanejados. Foi aprovada a proposta “Reestruturação sim, extinção não” que já foi encaminhada ao governo pela Condsef. Em seguida os funcionários se deslocaram para a frente da Funasa-MT dando abraço simbólico. A MP que pegou de surpresa a categoria por não ter havido nenhum debate durante o governo de transição.

Em conjunto, Condsef/Fenadsef, Fenaspse, CNTSS solicitaram reunião com as ministras da Gestão e Inovação do Serviço Público, Esther Dweck, Saúde, Nisia Trindade, e o ministro da Casa Civil, Rui Costa onde questionam a decisão de publicação da MP que encerra a Funasa e transfere a competências administrativas para os Ministérios da Saúde, quanto a vigilância em saúde e ambiente, e as Cidades para as demais atividades.

Os protestos começaram a surtir efeitos e parlamentares criticam a decisão do governo. O presidente da Frente Parlamentar Mista da Medicina, deputado



Federal e senador eleito Hiran Gonçalves (PP-RR), tem buscado integrantes do Governo Federal para falar sobre os impactos da extinção da Fundação principalmente nos municípios com menos de 50 mil habitantes. “Não precisa extinguir a Funasa, é preciso reestruturá-la porque ela é fundamental para o desenvolvimento de projetos”, explicou o parlamentar.

O ministro Alexandre Padilha, das Relações Institucionais, tem demonstrado que o governo está disposto a negociar um meio termo, segundo interlocutores que o procuraram para discutir o assunto. Fontes do governo, porém, dizem que a extinção não será revertida ou alterada antes da negociação da Medida Provisória que acabou com o órgão, que será votada no Congresso. O orçamento previsto para a Funasa em 2023 era de R\$ 2,9 bilhões, verba sobre a qual congressistas teriam forte influência.

O deputado do PT Florentino Neto é um dos que defendem que o órgão continue existindo, assim como o senador Marcelo Castro, do MDB. Ambos são do Piauí, estado cuja bancada tem brigado pela Fundação. Em Mato Grosso, o deputado estadual Lúdio Cabral (PT), que é médico sanitário, prestou total apoio aos trabalhadores. “Eu quero me colocar a disposição de vocês para buscar as respostas às dúvidas. Na medida em que estas respostas forem prejudiciais, vamos somar forças para evitar que prejuízos aconteçam em todos os sentidos”, disse o parlamentar.

Foto: Mário Hashimoto



EXTINÇÃO NÃO! Assim como em todo país, servidores da Funasa-GO se reuniram no auditório da sede do órgão contra a MP 1.156. O ato foi conduzido pelo presidente do Sintsep daquele estado, Ademar Souza. O presidente do Sindsep-MT, Carlos Almeida, que estava em Brasília acompanhando as decisões do novo governo, foi convidado a participar da assembleia representando a Condsef/Fenadsef.

PF instaura inquérito para apurar o suposto genocídio contra yanomami

Após motivar o governo federal a decretar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, a crise sanitária e humanitária que afeta as comunidades da Terra Indígena Yanomami, em Roraima, tornou-se caso de polícia. A pedido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Polícia Federal (PF) instaurou inquérito para apurar a possível prática de genocídio, omissão de socorro, crimes ambientais, além de outros atos ilícitos contra os yanomami.

No último domingo (21), o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, anunciou, em sua conta pessoal no Twitter, que oficiaria a PF para apurar os “fortes indícios de genocídio e de outros crimes” relacionados “aos sofrimentos criminosos impostos aos yanomami”.

De acordo com a Lei nº 2.889, quem mate ou cause lesões graves à integridade física ou mental de membros de qualquer grupo nacional, étnico, racial ou religioso com intenção de destruí-lo (ao grupo) está cometendo crime de genocídio.

Da mesma forma, pode sofrer as punições previstas em lei quem submete intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; adota medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo ou transfere, à força, crianças de um grupo para outro. (FONTE: AGÊNCIA BRASIL)

YANOMAMI

MS declara emergência em saúde

Imagens chocantes dos povos das terras indígenas chocaram o mundo



Foto: Agência Brasil

O Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional para combater à desassistência sanitária dos povos que vivem no território indígena Yanomami, em Roraima. A pasta também instalou o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE - Yanomami), que estará sob responsabilidade da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), e anunciou o envio imediato de cestas básicas, insumos e medicamentos.

Entre outros, o comitê será o responsável por coordenar as medidas a serem empregadas durante o estado de emergência, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação com os gestores estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde.

A região tem mais de 30,4 mil habi-

tantes. “O grupo se deparou com crianças e idosos em estado grave de saúde, com desnutrição grave, além de muitos casos de malária, infecção respiratória aguda (IRA) e outros agravos”, informou a pasta.

As equipes devem apresentar um levantamento completo sobre a crítica situação de saúde dos indígenas. A terra indígena Yanomami é a maior do país, em extensão territorial, e sofre com a invasão de garimpeiros. O povo da região vive uma crise sanitária que já resultou na morte de 570 crianças por desnutrição e causas evitáveis, nos últimos anos.

Levantamento feito pelo Ministério da Saúde registrou três óbitos de crianças indígenas nas comunidades Keta, Kuniama e Lajahu entre 24 e 27 de dezembro de 2022. No ano de 2022, foram registrados 11.530 casos confirmados de malária na terra Yanomami. (FONTE: AGÊNCIA BRASIL)

RESGATE

Secretário assume com promessa de recriar mesa nacional de negociação

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck já havia anunciado a criação da mesa

O presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida participou, no dia 12, juntamente com o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo, da apresentação do Secretário de Gestão de Pessoas e Relação do Trabalho, Sérgio Mendonça. Formado pela USP, Mendonça iniciou a trajetória profissional na década de 80 no Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), onde atuou até o início dos anos 2000. Depois, foi secretário de Recursos Humanos durante o governo Lula e de Relações de Trabalho no governo de Dilma Rousseff.

A atuação da nova Secretaria vai abranger temas como a reforma administrativa; a estruturação de cargos e carreiras públicas, remuneração e benefícios; negociação com entidades representativas dos servidores públicos, por meio da mesa nacional de negociação permanente; aposentados e pensionistas; seleção dos cargos efetivos e contratos temporários, entre outros assuntos relacionados à vida funcional dos servidores.

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, conduziu a apresentação descontraída de Sérgio Mendonça e reafirmou que as relações de trabalho e o fortalecimento das carreiras serão prioridades nesse primeiro ano da sua gestão.

“Teremos um diálogo muito próximo com os servidores e suas entidades representativas. Precisamos reconstruir uma relação democrática, de cooperação e de respeito com o servidor público”, destacou. A ministra agradeceu ao trabalho de todos os servidores e o aceite do secretário Mendonça ao convite feito por ela e pelo presidente Lula, dizendo que “este será um ano de muito trabalho, já que as outras

Fotos: Mario Hashimoto



A apresentação descontraída de Sérgio Mendonça contou com a presença de autoridades do governo e sindicalistas



pautas da secretaria também serão bastante demandadas”.

Sérgio Mendonça reforçou a fala da ministra e prometeu resgatar o diálogo com as entidades representativas dos servidores públicos federais. “Esse compromisso de diálogo e negociação com os servidores já foi tornado público pelo próprio presidente Lula, com a criação da mesa nacional de negociações, em 2003, foi promessa da última campanha eleitoral e reafirmado pela ministra Esther em diversas manifestações públicas”, afirmou. No dia

3 de janeiro, a ministra Esther Dweck anunciou a criação da mesa permanente de negociação com os servidores o que foi reforçado pelo secretário Mendonça.

O diálogo com as entidades representativas dos servidores e a melhoria da gestão no serviço público federal, de acordo com Mendonça, são lados de uma mesma moeda que têm o objetivo de tornar os serviços públicos mais participativos, transparentes e acessíveis para a população brasileira. (COM CONDSEF/FENADSEF/DIAP)

ULTIMA HORA

Instalação da mesa de negociação é confirmada

Para dia 7 de fevereiro. Categoria tem como prioridade negociar reajuste emergencial linear para todos

O dia 7 de fevereiro, terça-feira, foi confirmado como data oficial para instalação da mesa de negociação permanente com servidores do Executivo Federal. A oficialização de uma data é importante para que se tenha início o debate que deve levar ao atendimento de pautas urgentes apresentadas ao governo Lula desde o primeiro momento. Com salários congelados há sete anos, a maioria dos servidores do Executivo tem pressa para ver suas demandas mais urgentes atendidas.

É preciso que a categoria tenha claro que essa é uma luta que deverá contar com muita unidade e mobi-

lização e não deverá ser resolvida da noite para o dia. O Anexo V do Orçamento 2023 traz R\$11,5 bilhões, considerando despesas Primária e Financeira, como previsão para fins de remuneração aos servidores do Executivo.

No entanto, não há nenhum detalhamento de como o valor será utilizado. O que se pode assegurar é que ele não é suficiente para garantir, ainda esse ano, 9% linear a ativos, aposentados e pensionistas, percentual que chegou a ser apontado pelo relator do Orçamento como possível, no entanto, novamente, sem detalhamentos.

O relator declarou defender

que o reajuste para o Executivo fosse o mesmo concedido ao Judiciário. Vale destacar que os 18% já anunciados ao Judiciário deverão ser pagos em parcelas até 2025.

Aos servidores do Executivo, que acumulam perdas expressivas, caberá também um trabalho direto de força tarefa no Congresso Nacional em busca de realocação de recursos para o atendimento dessa pauta emergencial. Esse trabalho deverá fazer parte do processo que envolverá o diálogo permanente com o governo. Só nos últimos quatro anos as perdas salariais dos servidores federais giraram em torno de 27%. (FONTE: CONDSEF)

CONAB

Reunião no MDA abre caminho para os ACTs

Confira a nota conjunta da Fenadsef, Asnab e Fisenge

“Preliminarmente, ao lado de todos os que defendem a democracia, expressamos nosso veemente repúdio à tentativa de golpe de estado perpetrada por fascistas, em 08.01.2023.

Com atraso de alguns dias, em virtude dessa tentativa de golpe, a FENADSEF e a ASNAB, com acompanhamento da FISENGE, reuniram-se nesta quarta-feira, 11.01.23, com Eric Moura, assessor do Ministro Paulo Teixeira, do MDA, quando ficou esclarecido que:

há quatro anos estamos sem conseguir fechar um ACT com a CONAB que, desde o início, insistiu num REAJUSTE ZERO e retirada de cláusulas sociais, inclusive o Serviço de Atendimento à Saúde (SAS);

em assembleias de maio/22, a categoria reiterou a posição de exigir esclarecimentos prévios sobre como ficaria a assistência à saúde, até porque, durante muito tempo, a Conab garantiu que seria transferida para a Casaembrapa para, no último período, anunciar que seria via contrato com a GEAP;

essa resistência dos trabalhadores levou a Conab, em audiências de conciliação no TST, a sair da proposta de reajuste zero para chegar a 9,92%, em novembro/22, e, duas semanas depois, a 18,42% MAS COM A CONDIÇÃO DE A CATEGORIA ACEITAR: a) O FIM DO SAS, liberando a Conab para assinar o contrato com a GEAP; b) reajuste zero no auxílio alimentação e creche; c) indicação de pessoas de fora do quadro funcional para cargos operacionais; d) restrições à liberação de dirigentes sindicais e associativos;

no TST foi construída uma alternativa que permitiria fechar os acordos: a proposta da Conab seria levada à aprovação dos empregados desde que esses quatro pontos pudessem ser reservados para uma nova discussão em fevereiro (no TST ou até bilateralmente com a própria Conab/Ministério);

Portanto, se aceito esse encaminhamento, que em nada prejudica a posição da Conab, a categoria poderia aprovar os ACTs, garantindo demais cláusulas e o índice de reajuste (trazido à mesa depois de quatro anos!); a situação da assistência à saúde poderia, ser submetida à informação e debate dos trabalhadores, inclusive com eventuais alternativas, com a assinatura do contrato com a GEAP sendo por enquanto adiada.

Diante desse quadro, o presidente da Conab prometeu que não assinaria o contrato com a Geap enquanto não tratasse desse assunto com o novo Ministro, o que ainda não aconteceu.

Da mesma forma que o presidente da Conab, os representantes de classe da Conab precisam manter conversações com o novo Ministro para que as posições de ambos sejam por ele conhecidas. É nesse sentido que as conversações com o gabinete do Ministro foram abertas pelas entidades representantes dos empregados da Conab no dia de hoje.

Sensibilizado por essas informações, o Sr. Eric Moura, assessor direto do Ministro Paulo Teixeira, autorizado por ele para abrir as conversações, comprometeu-se a submeter a demanda das entidades à consideração do Ministro e encaminhou para os próximos dias a continuação dessas tratativas.

Nessas condições, nossa expectativa é concluir nos próximos dias esses entendimentos, que também devem envolver a atual Diretoria da Conab, para, dessa forma, submeter a proposta de conclusão dos ACTs às assembleias em todo o país”.



Reunião com a Fenadsef, Fisenge e Asnab abre caminho para os ACTs

ENCONTRO

Lula defende valorização dos servidores e serviços públicos

Presidente reconheceu situação difícil da categoria, há sete anos sem reajuste e pede paciência

A Condsef/Fenadsef participou do encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, com as Centrais Sindicais, entre elas a CUT, que aconteceu na quarta-feira, 18, em Brasília. Todas as centrais levaram temas importantes e que fazem parte das pautas prioritárias de luta de toda classe trabalhadora. A valorização do salário mínimo e a urgente necessidade de uma Reforma Tributária que traga mais equilíbrio e justiça social estiveram no centro do debate, mas não foram os únicos pontos abordados.

Em sua fala, Lula reconheceu a situação difícil de servidores federais do Executivo, há sete anos sem reajuste, pediu paciência na solução de todos os problemas encontrados e reforçou que seu governo será pautado no diálogo e na negociação. "Será preciso muita conversa e disposição para construir e fazer mudanças que precisamos", frisou o presidente.

O ministro Marinho tam-



Presidente reconheceu a situação difícil de servidores federais do Executivo

bém destacou a importância dos servidores no cenário de reconstrução de política públicas e dos direitos da população brasileira. Com a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, presente na atividade, Marinho reforçou que haverá a organização de uma agenda para discutir temas urgentes para o funcionalismo. Além da pauta salarial que é considerada emergencial pela categoria, discussões sobre a regulamentação da Convenção 151, da negociação coletiva para o setor público, entre outros

temas relativos à política dos servidores serão tratados ao longo dos próximos meses.

Ainda não há uma data formal para o início das negociações com servidores, mas a própria Dweck firmou compromisso do esforço para que o início das negociações com o funcionalismo ocorram ainda esse mês. A Condsef/Fenadsef segue cobrando a confirmação da agenda para que se tenham início as negociações e se busque alternativas para o atendimento das pautas mais urgentes. (FONTE: CONDSEF)

Reajuste em auxílio-alimentação do Executivo é necessário

Sem reajuste salarial e com o auxílio alimentação congelado há 5 anos, os servidores sofrem

Enquanto o ex-presidente Jair Bolsonaro gastou em média R\$ 6.243,29 nos cartões corporativos da Presidência da República, só com alimentação, em cada fim de semana dos quatro anos de mandato. O auxílio-alimentação destinado aos servidores e servidoras públicos do Executivo Federal corresponde ao valor de R\$458 mensais, congelado desde o ano de 2018.

Em julho de 2022 houve uma sinalização de aumento do auxílio-alimentação dos servidores. A medida seria um paliativo após o governo Bolsonaro não conceder o reajuste de 5% nos salários de todo o funcionalismo público, descar-



tado pelo ex-presidente.

A promessa seria elevar o auxílio de R\$ 458 para R\$ 900, e não foi cumprida devido a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que impede qualquer reajuste no último semestre de um governo, e também devido a escolha do ex-presidente em destinar recursos para o orçamento secreto e medidas eleitoreiras, como o aumento do Auxílio

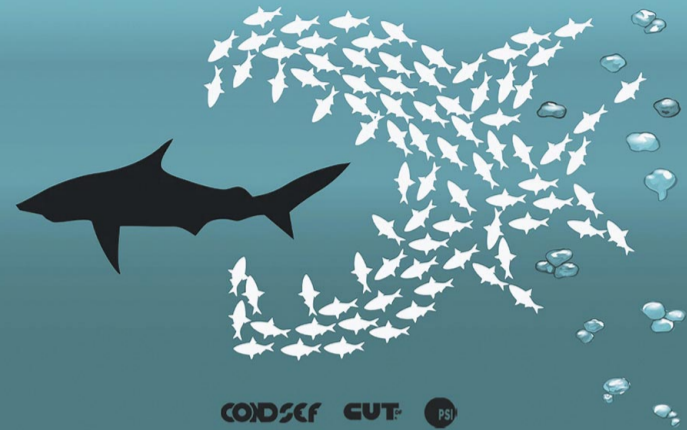
Brasil, do vale gás e a criação do auxílio para caminhoneiros autônomos.

Sem reajuste salarial e com o auxílio alimentação congelado há 5 anos, os servidores e servidoras do Executivo Federal sofrem para sobreviver dignamente.

Vale destacar que entre os Três Poderes, o valor do auxílio-alimentação para servidores do Executivo é o mais defasado. Enquanto a categoria recebe R\$ 458 mensais, no Judiciário, o benefício é de R\$ 910 mensais. Já no Tribunal de Contas da União (TCU), essa cifra chega a R\$ 1.011 por mês. Na Câmara e no Senado Federal o auxílio é de R\$ 982. (FONTE: SINDSEP-PE)

QUEM FAZ A FORÇA DO SEU SINDICATO É VOCÊ

A luta que a gente perde é a luta que a gente não faz



Vivemos momentos difíceis no Brasil nos últimos anos. Ataques a direitos, instituições sendo ameaçadas, o que não é diferente com nossos sindicatos, federações, confederações e centrais.

Não existe democracia sem sindicatos. É fundamental que se garanta o direito da classe trabalhadora se organizar. Os sindicatos são a trincheira principal na defesa de nossos direitos, das políticas e dos serviços públicos.

Em momentos de ataques permanentes somos nós que levantamos nossa voz e erguemos a cabeça, sempre na linha de frente da luta em defesa da democracia e dos direitos da classe trabalhadora.

Esse é nosso dever e nosso papel. Mas é preciso que os sindicatos se fortaleçam. Não há outro caminho senão o da participação e atuação direta da própria classe trabalhadora.

Procure o **Sindsep-MT**. Participe da construção e organização da luta em defesa de seus direitos.

Os sindicatos são a voz da categoria. Não fique calado. Só na unidade e mobilização somos capazes de assegurar que direitos conquistados a duras penas sejam mantidos e possamos avançar em outras conquistas.

A luta que a gente perde é a luta que a gente não faz. FILIE-SE. (FONTE: CONDSEF)

SERVIX
Administradora de Benefícios

Conheça a **SERVIX SAÚDE**

- Planos sem taxa de adesão**
- Planos mais vantajosos que o mercado**
- Planos sem coparticipação**
- Atendimento nacional**
- Desconto em medicamentos**

UM POUCO SOBRE A SERVIX
Uma empresa consolidada com mais de 12 anos de atuação no mercado de Saúde Suplementar, registrada na ANS sob o número 41760-2.

Contamos com uma equipe especializada em disponibilizar planos de saúde, odontológicos e seguro de vida, registrados pela ANS, que atendem a sua necessidade e se encaixam no seu estilo de vida.

Carlos Alberto
(65) 9.9968-4677
CARLOS.ALMEIDA02@HOTMAIL.COM
WWW.SERVIXSAUDE.COM.BR

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poço. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmto.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA QUADRIÊNIO 2022/2026

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice-Presidente: Elias Belisário de Araújo; Secretaria Geral: Fernando Pivetta; Adj. Secretaria Geral: Zeni Salete Boff; Secretaria de Finanças: Gildásio Ferreira Gomes; Adj. Secretaria de Finanças: Sílvia Cléia Aires Ferreira; Secretaria de Administração: Enildo Gomes; Adj. Secretaria de Administração: Nelson Fortunato Ojeda; Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Damásio de Souza Pereira; Adj. Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Rosana Luzia Gomes da Costa; Secretaria de Formação e Política Sindical: José Olímpio da Silva Neto; Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical: Eliete Julia Sala Santin; Secretaria do Interior: Benedito Assis da Silva; Adj. Secretaria do Interior: Albir Alves de Brito; Secretaria de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação: Adilson Benke; Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Elza Barbosa dos Santos; Secretaria da Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador: Celso Alfredo Simon; Secretaria dos Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos: José Maria Silva e Arruda; Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Manoel Martins; Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Idivaldo Bernardes de Oliveira; Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Joilson Ruas do Nascimento; Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Sandra Cristina Ribeiro; Suplentes de Direção: I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Divina de Oliveira Santos; IV - Aderbal Castro de Queiroz; V - Donato Ferreira da Silva; VI - Jacira Weis. Conselho Fiscal - Membros Efetivos: I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinéia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; Suplentes do Conselho Fiscal: I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

ARTIGO

Para entender o Fundo de Garantia

CLOVIS SCHERER*

A recente declaração do Ministro do Trabalho, Luís Marinho, de que o governo pretende rever o saque aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o FGTS, ganhou destaque na imprensa e na opinião pública. A discussão desse assunto merece a atenção dos trabalhadores e convém esclarecer aspectos fundamentais do Fundo de Garantia.

Na defesa do saque aniversário é comum se ouvir dizer que o dinheiro depositado nas contas dos trabalhadores fica parado no FGTS. Isso não é correto porque esse dinheiro, que hoje soma quase R\$ 500 bilhões, é continuamente aplicado na construção de moradias populares, no saneamento, no transporte coletivo e em outras obras de infraestrutura. Só em 2021 foram feitos 354 mil contratos de financiamento para a construção de 390 mil unidades habitacionais no valor de quase R\$ 50 bilhões. O Fundo também concedeu descontos de R\$ 7,3 bilhões para famílias de baixa renda conseguirem comprar a casa própria barateando a entrada e as prestações.

Como os empréstimos com recursos do Fundo são de interesse social, os juros e correção cobrados dos mutuários são menores do que o vigente no mercado. Por exemplo, no financiamento habitacional para famílias de baixa renda a taxa é de 6,36% ao ano e não

passa de 8,16% para trabalhadores cotistas do Fundo com renda elevada.

O FGTS vem sendo, desde 2019, praticamente a única fonte de crédito para a casa própria popular. Isso porque o governo anterior cortou a zero os recursos do orçamento da União que mantinham o Minha Casa Minha Vida. É um instrumento para combater o atual déficit habitacional de 6 milhões de moradias no país.

Além do seu papel social, os recursos do Fundo geraram 2,4 milhões de empregos em 2021, segundo estimativas da Caixa Econômica. Empregos no setor da construção civil, mas também nas indústrias de materiais, prestadores de serviços e muitos outros que são movimentados a partir dos gastos em habitação e infraestrutura.

Outra ideia a ser afastada é de que, para o trabalhador, o FGTS é uma má aplicação financeira. Desde 2016, quando começou a ser distribuído o resultado do Fundo, as contas têm tido rendimento acima da inflação, com exceção de 2021 quando houve um pico inflacionário. E o Fundo vem batendo a poupança sistematicamente desde 2018.

Dificilmente o trabalhador teria onde aplicar uma pequena poupança com melhor retorno. É válido buscar meios de melhorar esse rendimento, mas não se pode ignorar os avanços nessa questão.

Por fim, muitos argumentam que o trabalhador deveria poder decidir, individualmente, o destino do dinheiro depositado na sua conta vinculada. Porém, dado o baixo nível dos nossos salários, a decisão fatalmente seria de usar o FGTS para as necessidades de consumo imediato. Com isso, a poupança que foi criada como uma proteção para o momento de perda da renda pela demissão deixaria de existir e também acabaria o financiamento da habitação popular a custos acessíveis aos trabalhadores.

Enfim, ao se discutir aperfeiçoamentos no FGTS é preciso entender que ele cumpre uma função de proteção contra as vicissitudes da vida laboral, proporciona rendimentos razoáveis para uma aplicação popular e gera efeitos sociais e econômicos mais amplos que são de interesse da classe trabalhadora.

*ECONOMISTA DO DIEESE E ASSESSOR DA CUT NO GRUPO DE APOIO DO CONSELHO CURADOR DO FGTS

Carlos Moura/SCO/STF



TERRORISMO

AGU pede aumento do bloqueio de bens de financiadores dos atos

Bloqueio é necessário para ressarcimento dos prejuízos ao patrimônio público

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu à Justiça Federal que aumente de R\$ 6,5 milhões para R\$ 18,5 milhões o bloqueio dos bens móveis e imóveis de 52 pessoas e sete empresas que participaram ou financiaram os atos dos terroristas bolsonaristas que destruíram os prédios dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro.

No novo pedido, a AGU informa que a primeira conta levou em consideração apenas os prejuízos relacionados à depredação das instalações do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF). A nova conta considera também os gastos com a restauração das obras de arte danificadas e os presentes dados por chefes de Estado danificados ou roubados.

A Advocacia ressalta que o bloqueio é necessário para garantir o ressarcimento dos prejuízos ao patrimônio público daqueles que estão inconformados com o resultado das eleições.

“Nesse contexto, ante informações supervenientes, constata-se que o dano mínimo estimado se encontra subdimensionado, motivo pelo qual a União vem a juízo requerer o aditamento da inicial para alterar e acrescentar novo elemento a causa de pedir e novo pedido atinente à majoração do dano outrora estabelecido como parâmetro para a concessão da cautelar patrimonial”, justificou a AGU.

A lista de pessoas e empresas foi montada com base nos registros da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) de ônibus fretados, enviados à Justiça. A AGU, no entanto, incluiu nesse primeiro pedido apenas os ônibus com destino a Brasília que, em seguida, foram apreendidos transportando pessoas que participaram dos atos golpistas.

Atos antidemocráticos - Desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito em segundo turno, no final de outubro, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, insuflados pelas declarações do ex-mandatário de que não confiava nas urnas eletrônicas, ficaram inconformados com o resultado do pleito e começaram a pedir um golpe militar no país, para depor o governo eleito democraticamente.

Eles começaram ocupando os espaços no entorno dos quartéis do Exército em várias cidades do país no dia 31 de outubro do ano passado. Depois, depois, no dia da diplomação de Lula, em 12 de dezembro, voltaram a praticar atos de vandalismo em Brasília. Tentaram invadir a sede da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal, queimaram veículos estacionados nas imediações, quebraram vidros de automóveis, depredaram equipamentos públicos e o prédio da 5ª Delegacia de Polícia, na Asa Norte.



FELIZ MÊS DE FEBREIRO 2023 ANIVERSÁRIO

NOME	DIA	NOME	DIA
ADELINO ALVES DA COSTA	18	DIANA ALMEIDA DE OLIVEIRA	12
ADOLFO VERIDIANO DA SILVA	11	DIVINA ROSA DA SILVA	18
ALBEIRO MIRANDA FERREIRA	04	DJALMA RODRIGUES PORTO	21
ALESSANDRA MARIA DA S. OLIVEIRA LEITE	05	DONATO DE ARRUDA	17
ALTAMIRA MARQUES PINTO DE QUEIROZ	13	EDILSA LOPES DA SILVA FERREIRA	15
ALUIZIO MARTINS LEITE	21	EDIR RIBEIRO DE ASSIS PEREIRA	10
AMELIA PAES FONTOURA	29	EDNA GABE AMERICO	22
ANA PAULA CARRIJO BARBOSA ANDRAUS	10	EDNO LEANDRO DE MELLO	27
ANTENOR SABINO DOS SANTOS	28	EMANUEL DE SIQUEIRA E ARRUDA	12
ANTONIO DE PADUA SOUSA	28	ESCOLASTICA A. DE ALMEIDA VIRGOLINO	10
ANTONIO GARCIA PINOTE	18	FABIO ALEX ROCHA	14
ANTONIO HENRIQUE GOMES DOS SANTOS	13	FERNANDO LUIS DA COSTA	06
ARMANDO KUTIACA	20	FRANCISCO DE PAULA ALVES DE SOUSA	26
AROLD DELUQUI	28	FRANCISCO FORCA	13
AULENCA JULIA DE F GUSMAO	04	FRANCISCO VILERMANDO GOMES MATIAS	09
BENEDITA DA SILVA	19	GERALDINO DOS SANTOS CARVALHO	12
CECILIO PORIREU AIJAKO	02	GEYSLA QUEIROZ DE SOUZA	18
CICERO CARLOS DA SILVA	28	GONCALINA AFRA DOS REIS AZEVEDO	24
CICERO PEREIRA DA CRUZ	27	HOBSON APARECIDO CORREA	09
CLARISSE MARIA SALA MACHADO	04	IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA	21
CLEIA PAGANOTTI DA CONCEIÇÃO	09	IRANI DE MORAIS E SILVA	12
CLEIDE MAGNA BATISTA DO NASCIMENTO	28	ISABEL NUNES PEREIRA	13
CLODOALDO MAIA	04	JESSE DE OLIVEIRA	07
DANIELA BUENO VILELA	14	JOAQUIM FRANCISCO FERREIRA	19
DERZALINA GOMES PAEL	17	JORGE CORREA DE LIMA	23
		JOSE ARCO	11
		JOSE CLODOALDO BARRETO	16
		LOURDES FERNANDES DE BRITO	10
		LUCILEIDE ANTUNES DO ESPIRITO SANTO	
		BARROS	02
		LUCINEIA DOS SANTOS	14
		LUCINEIDE LUZIA DE MAGALHÃES	17
		LUIS SEVERINO DA SILVA	25
		LUIZ MARIO DA COSTA	06
		MANOEL FRANCISCO RODRIGUES	10
		MANOEL RODRIGUES DA SILVA	22
		MARCO AURELIO DOS SANTOS PEREIRA	05
		MARIA APARECIDA PEREIRA DE ALMEIDA	11
		MARIA DA GLORIA ATAIDE DE MATOS	27
		MARINHO NOIZOKEMAI	15
		MARTA E.S ALMEIDA	01
		MILENA ALVES DOS SANTOS VALOTENI	23
		MIVALDO CRAVO DE ANDRADE	08
		NATALIA ARAUJO DE ALMEIDA	19
		NEIDE FERRAZ MONTEIRO LEITE	05
		NESTOR MORENO MERCADO	25
		NEUCI MARY FAGANELLO	25
		NILZETE BENEDITA DE QUEIROZ	02
		OLINDO MARQUES DA SILVA	02
		ORCIRIO ECHEVERRIA PLEUTIN	27
		OROZINO PEREIRA DOS SANTOS	11
		OSVALDO LEITE DE BRITO	15
		OZENIR FERNANDES LEITE RODRIGUES	15
		REGIANE RODRIGUES DE ARAUJO ROSA	20
		ROLDINO PEREIRA DE MORAIS	14
		SALLETE RIBEIRO MARQUES LIRA	20
		SEBASTIAO MAGNO DA SILVA	19
		SOCRATES NICOLA LEVENTI	21
		TEREZINHA BOLDRINI DA SILVA	25
		VALDOIR DE SOUZA	12
		WILSON BENEDITO DE ALMEIDA	23
		ZOZIMO MATIAS DE AMORIM	24